

8ª Edição - 2008

EXAME



C N A I



**Prova específica para atuação nas Instituições
Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados
(SUSEP)**

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 20/2008

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A Provisão de Insuficiência de Prêmios deve ser constituída:

- a) Para cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo.
- b) para complementar a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.
- c) Se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando o valor esperado de indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo.
- d) Para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora.

2. Para garantia dos planos previdenciários privados operados por entidades fiscalizadas pela SUSEP, devem ser constituídas as seguintes provisões matemáticas, quando tecnicamente necessárias e de acordo com o regime financeiro adotado, exceto:

- a) Provisão matemática de benefícios a conceder.
- b) Provisão de insuficiência de contribuições.
- c) Provisão de eventos ocorridos e não avisados.
- d) Provisão para contingências.

3. Para a garantia dos planos de capitalização operados por entidades fiscalizadas pela SUSEP, devem ser constituídas as seguintes provisões técnicas, quando necessárias, exceto:

- a) Provisão para Contingências.
- b) Provisão para Sorteios a Realizar.
- c) Provisão para Oscilação de Riscos.
- d) Provisão para Resgate de Títulos.

4. Com relação ao cálculo da provisão de prêmios não ganhos – PPNG é incorreto afirmar.

- a) O cálculo da PPNG deve apurar a parcela dos prêmios de seguros ganhos pela seguradora.
- b) A PPNG deve ser constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos a decorrer referente a riscos vigentes na data base de cálculo.
- c) A fórmula de cálculo da PPNG é: Período de risco a decorrer / Período total da cobertura de risco X Prêmio comercial retido.
- d) O cálculo da PPNG é executado “pro rata die”.

5. Para garantia de suas operações, as sociedades de capitalização devem constituir, quando necessárias, as seguintes provisões.

- a) Provisão matemática para resgate, Provisão administrativa e Provisão para sorteios a realizar.
- b) Provisão matemática para resgate, de sinistros a liquidar e para sorteios a realizar.
- c) Provisão para sorteios a realizar, Provisão para sorteios a pagar e Provisão para benefícios a conceder.
- d) Provisão de sorteios a pagar, Provisão para resgate de títulos e provisão para benefícios concedidos.

6. Para garantia de suas operações, as Sociedades Seguradoras autorizadas a operar em Seguro de Danos, Seguro de Vida em Grupo e Seguro de Renda de Eventos Aleatórios devem constituir provisões técnicas quando necessárias. Assinale a alternativa incorreta, relativamente à “Provisão de Prêmios Não Ganhos”.

- a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) deve ser constituída para cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes na data base de cálculo.
- b) O cálculo da provisão deve ser efetuado pro-rata die, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.
- c) A provisão deve ser constituída com base em dados suficientes para utilização de metodologia própria e quando inexistente segundo critérios adotados por Entidades Congêneres.
- d) A SUSEP disporá sobre os ramos ou produtos que, em função de suas características técnicas, devam ser excluídos da constituição desta provisão.

7. Para garantia de suas operações, as Sociedades Seguradoras autorizadas a operar em Seguro de Danos, Seguro de Vida em Grupo e Seguro de Renda de Eventos Aleatórios devem constituir provisões técnicas quando necessárias. Assinale a alternativa incorreta, relativamente à “Provisão de Insuficiência de Prêmios”.

- a) A Provisão de Insuficiência de Prêmio (PIP) deve ser calculada de acordo com método descrito em nota técnica atuarial mantida pela Sociedade Seguradora.
- b) A nota técnica atuarial deve ser baseada em metodologia específica a critério da Entidade.
- c) A nota técnica atuarial com a metodologia de cálculo deve ser entregue à SUSEP num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da solicitação.
- d) A SUSEP pode, a qualquer tempo, conforme se faça necessário em cada caso concreto, determinar à sociedade seguradora a utilização de método específico para o cálculo da provisão.

8. A Resolução CNSP nº. 118/04 dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente e apresenta definições de sociedades controladas. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Sociedades nas quais a investidora, direta ou indiretamente, seja titular dos direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.
- b) Filial, agência, sucursal, dependência ou escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica.
- c) Sociedade na qual os direitos permanentes de sócio, previstos na letra “a” acima, estejam sob o controle comum ou sejam exercidos mediante a existência de acordo de votos, independentemente do seu percentual de participação no capital votante.
- d) Subsidiária integral tendo a investidora como única acionista.

9. É vedada a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das Sociedades Supervisionadas, caso fiquem configuradas situações de conflitos de interesses previstos no artigo 7º da Resolução CNSP nº. 118/04. Assinale a alternativa que não representa tal situação.

- a) Prestação concomitante de serviços de auditoria independente e de consultoria, principalmente com serviços que envolvem a avaliação do patrimônio líquido a valor contábil, inclusive de suas controladas e coligadas.

- b) Determinação de valores para efeito de constituição das provisões técnicas, inclusive da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados e da Provisão para Contingências que venham a ser utilizadas como base para registros nas demonstrações contábeis.
- c) Planejamento tributário e auditoria interna.
- d) Reavaliação de ativo permanente que venha a ser utilizado como base para registro nas demonstrações contábeis.

10. A substituição periódica do Auditor independente é prevista nas normas da SUSEP. Indique a alternativa incorreta.

- a) As Sociedades Supervisionadas devem substituir o auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos.
- b) Para fins de contagem do prazo de cinco exercícios sociais completos, serão considerados apenas os pareceres relativos a exercícios sociais completos, ou seja, referentes às demonstrações contábeis encerradas na data base de 31 de dezembro.
- c) A recontração de auditor independente somente pode ser efetuada após decorridos três exercícios sociais completos, contados a partir da data base do último parecer emitido.
- d) Sempre que houver substituição do auditor independente, o fato deverá ser comunicado à SUSEP, em até 60 (sessenta) dias, mediante exposição formalmente elaborada pela sociedade supervisionada.

11. Na prestação de serviços de auditoria independente para as Sociedades Supervisionadas, deverão ser observadas normas e procedimentos de auditoria determinados pela CVM, pelo CFC e pelo IBRACON, subsidiariamente às disposições legais e normas do CNSP e da SUSEP. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa incorreta.

- a) As Sociedades Supervisionadas deverão solicitar ao auditor independente que produza, como resultado do trabalho de auditoria, relatório circunstanciado sobre o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.
- b) As Sociedades Supervisionadas deverão preservar, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, o parecer de auditoria independente, juntamente com os relatórios circunstanciados.
- c) A diretoria da Sociedade Supervisionada deve comunicar formalmente ao auditor independente e ao comitê de auditoria, quando instalado, ou ao diretor presidente, no prazo máximo de 24 horas da identificação, a ocorrência de fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração.
- d) O relatório do auditor independente sobre a revisão dos Questionários Trimestrais, contidos no Formulário de Informações Periódicas, deve descrever os procedimentos de revisão aplicados e as conclusões alcançadas em relação a cada questão.

12. A Circular SUSEP nº. 253/04 estabelece Questionário sobre Risco, em especial os de subscrição, suportados pelas sociedades seguradoras. A sociedade apresenta uma situação na qual seus ativos são realizáveis em período superior ao da exigibilidade dos seus passivos.

Esta situação apresenta um risco de:

- a) Operação.
- b) Crédito.
- c) Liquidez.
- d) Mercado.

13. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Na prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades supervisionadas, deverão ser observadas unicamente as disposições específicas da CNSP e da SUSEP.
- b) O parecer de auditoria, expressando a opinião do auditor, deve ser elaborado de acordo com modelo específico determinado pelo CNSP.
- c) A contratação ou manutenção do auditor independente pelas sociedades supervisionadas fica condicionada à aprovação do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, em certificação organizada pelo CFC.
- d) As sociedades supervisionadas devem substituir o auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a três exercícios sociais completos.

14. Para os fins da Resolução nº. 118 do Conselho Nacional de Seguros Privados, é correto afirmar que:

- a) As sociedades supervisionadas pela SUSEP são as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades fechadas de previdência complementar.
- b) Um conglomerado financeiro é o conjunto de instituições financeiras, sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, vinculadas diretamente ou não, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.
- c) A instituição líder de um conglomerado financeiro equivale a uma coligada.
- d) Uma filial, agência, sucursal, dependência ou escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica, são consideradas sociedades coligadas ou a ela equiparadas.

15. De acordo com a Resolução nº. 118 do Conselho Nacional de Seguros Privados, indique a alternativa correta.

- a) As sociedades supervisionadas pela SUSEP, quando possuírem Comitê de Auditoria, podem contratar auditores independentes não registrados na Comissão de Valores Mobiliários.
- b) De forma similar, quando possuírem Comitê de Auditoria, as sociedades supervisionadas pela SUSEP estão dispensadas de fornecer uma Carta de Responsabilidade de Administração aos seus auditores independentes.
- c) A responsabilidade, assim como a competência pela contratação de auditor independente, passou a ser de inteira e exclusiva responsabilidade da SUSEP.
- d) As sociedades supervisionadas pela SUSEP devem designar diretor, tecnicamente qualificado, para responder junto a ela, entre outros, sobre o cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

16. Com referência à Independência do Auditor, a Resolução nº. 118 do Conselho Nacional de Seguros Privados, indique a alternativa correta.

- a) Limita-se ao Sócio da Empresa de Auditoria que assina o parecer, uma vez que ele é o responsável técnico perante a SUSEP.
- b) Inclui toda a equipe, inclusive os assistentes (juniores ou trainees), independente do nome do cargo ou função exercida por esses profissionais, uma vez que eles fazem parte da equipe.
- c) Limita-se aos sócios da empresa de auditoria envolvidos nos trabalhos da entidade auditada, ou seja, o responsável técnico e o sócio especialista em assuntos de natureza fiscal.
- d) O responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou outro integrante com função de gerência da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou a ela equiparadas não podem possuir participação acionária nas sociedades supervisionadas auditadas.

17. De acordo com a Resolução CNSP nº. 118/04 é vedada a contratação e a manutenção de auditor independente por parte de sociedades supervisionadas caso o pagamento de seus honorários e o reembolso de suas despesas relativos ao ano base das demonstrações contábeis objeto da auditoria isoladamente ou em conjunto com alguma de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada, com representatividade igual ou superior a _____ do faturamento total do auditor independente daquele ano. Escolha a opção que preencha a lacuna corretamente.

- a) 25%.
- b) 20%.
- c) 15%.
- d) 10%.

18. De acordo com a Resolução CNSP nº. 118/04 do Conselho Nacional de Seguros Privados, qual das informações abaixo é verdadeira?

- a) Na prestação de serviços de Auditoria Independente para as sociedades supervisionadas pela SUSEP, os auditores devem observar exclusivamente as Normas de Auditoria Independente determinadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.
- b) A responsabilidade do Auditor independente das Demonstrações Contábeis inclui, entre outros, a emissão de parecer sobre as demonstrações contábeis examinadas, assim como relatórios circunstanciados sobre o descumprimento de normas legais e regulamentares e sobre a adequação dos controles internos, destacando as deficiências encontradas.
- c) É de responsabilidade exclusiva do Presidente do Comitê de Auditoria comunicar à SUSEP a existência de irregularidades consideradas faltas graves e/ou evidências que demonstrem que a sociedade supervisionada auditada esteja sob o risco de descontinuidade.
- d) A existência de Comitê de Auditoria torna facultativo o exame semestral de demonstrações contábeis de entidades supervisionadas pela SUSEP, embora seja mantida a exigência de exame anual.

19. De acordo com a Circular SUSEP nº. 280/04, identifique a definição incorreta.

- a) Entende-se por ambiente de controle a cultura de controles da sociedade supervisionada, na qual as atividades de negócio são executadas, especialmente a postura da sociedade supervisionada e a consciência de controles das pessoas que a compõe.
- b) Como monitoração, a identificação e análise de riscos relacionados com a possibilidade de que ajustes contábeis para uma adequada apresentação das demonstrações contábeis passem despercebidos.
- c) Como atividades de controle, as políticas e os procedimentos que asseguram que as ações necessárias para gerenciar riscos sejam executadas adequadamente.
- d) Como processos de informação e comunicação, aqueles que garantem a identificação, a captura e a comunicação das informações necessárias ao gerenciamento da sociedade supervisionada pela SUSEP.

20. De acordo com a Resolução CNSP nº. 55/01, que alterou a Resolução CNSP nº. 8/89, a Margem de Solvência corresponde à suficiência do ativo líquido para cobrir montante igual ou maior a:

- a) Soma das provisões técnicas de seguros e resseguros, já descontados os ativos garantidores das provisões técnicas vinculados à SUSEP.
- b) Soma das provisões técnicas de seguros e resseguros e de previdência privada.
- c) 0,15 vezes do total da receita bruta de prêmios emitidos nos últimos doze meses; e 0,23 vezes a média anual do total dos sinistros pagos dos últimos trinta e seis meses.
- d) 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos doze meses; e 0,33 vezes a média anual do total de sinistros retidos dos últimos trinta e seis meses.

21. De acordo com a Circular SUSEP nº. 349/07, que altera a Circular SUSEP nº. 327/06, que dispõe sobre os controles internos específicos para o tratamento de situações relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro, o que deverá ser comunicado à SUSEP pelas sociedades supervisionadas?

- a) Somente os crimes de lavagem de dinheiro que forem efetivamente comprovados.
- b) Todas as ações implementadas pela sociedade supervisionada, nos casos de suspeita de crime de lavagem de dinheiro.
- c) A ocorrência de situações previstas nessa Circular, no prazo de 48 horas, ou a comunicação de forma negativa, no caso de não ocorrerem as situações previstas, até o quinto dia útil ao do encerramento de cada semestre.
- d) A ocorrência de operações suspeitas de que tratam essas Circulares, no prazo de 24 horas, ou a comunicação de forma negativa, no caso de não ocorrer este tipo de operação, até o dia 20 do mês subsequente ao mês no qual não forem verificadas as situações previstas.

22. De acordo com a Lei Complementar nº. 109/01, será decretada a liquidação extrajudicial de uma entidade de previdência complementar quando:

- a) Houver o pedido de falência por parte dos administradores da entidade.
- b) A entidade estiver em situação de desequilíbrio atuarial.
- c) For inviável a recuperação da entidade.
- d) Ocorrerem todas as alternativas anteriores.

23. Considerando as informações contidas nos itens abaixo (Lei Complementar 109/01), selecione a alternativa correta.

- i) As entidades abertas de previdência complementar são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
 - ii) As sociedades seguradoras, mesmo que autorizadas a operar exclusivamente no ramo de vida, estão impedidas de operar planos de benefícios.
- a) Ambas estão corretas.
 - b) Ambas estão erradas.
 - c) Somente a primeira está correta.
 - d) Somente a segunda está correta.

24. Com a vigência da Lei nº. 11.638/07 e da NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovada pela Resolução CFC nº. 1.110/07, as companhias deverão efetuar, periodicamente, a análise sobre a situação de seus ativos. De acordo com a Deliberação CVM nº. 527/07, o “valor recuperável de um ativo” é:

- a) O valor presente de fluxos de caixa futuros estimados.
- b) O valor obtido pela venda de um ativo em transações em bases comutativas.
- c) O maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.
- d) O valor estimado que uma entidade obteria pela venda do ativo.

25. Um ativo imobilizado está desvalorizado quando seu valor contábil excede o seu valor recuperável. São fontes de informação para o reconhecimento da desvalorização de acordo com a Deliberação CVM nº. 527/07, exceto:

- a) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- b) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.
- c) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
- d) Evidência disponível, proveniente de relatório interno da seguradora, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será melhor que o esperado.

26. O Pronunciamento Técnico CPC-01, a Deliberação CVM nº. 527/07 e a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.110/07, são de natureza geral em relação aos ativos permanentes. Indique a alternativa incorreta.

- a) Aplicam-se aos ativos permanentes relevantes relacionados às atividades securitárias.
- b) Obrigatoriamente aplicáveis a todos os ativos, independentemente de sua relevância, desde que em efetivo uso na Entidade.
- c) Aplicam-se aos ativos permanentes dos balanços utilizados para equivalência patrimonial e para consolidação.
- d) Aplicam-se aos ativos permanentes que foram registrados pelo valor reavaliado.

27. A Circular SUSEP nº. 356/07, que trata das normas e procedimentos contábeis, menciona vários aspectos relacionados com demonstrações contábeis consolidadas. Identifique, entre as alternativas abaixo, a que estiver incorreta.

- a) As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar devem elaborar e publicar demonstrações contábeis consolidadas.
- b) As sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP publicarão as demonstrações contábeis consolidadas semestralmente junto com as demonstrações contábeis individuais da controladora.
- c) As sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP devem permitir integral e irrestrito acesso às informações referentes aos riscos assumidos pelas participadas, independentemente de sua atividade operacional.
- d) Os investimentos que afetam de maneira significativa o resultado ou a posição patrimonial da controladora deverão ter suas demonstrações contábeis individuais auditadas por auditor independente.

28. A Circular SUSEP nº. 356/07 (Anexo I) trata das normas e procedimentos contábeis e, especificamente no item 5, contempla aspectos relacionados com as demonstrações contábeis. Entre as alternativas abaixo, indique a que estiver incorreta.

- a) As demonstrações contábeis, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, deverão ser publicadas, respectivamente, até o dia 31 de agosto e o dia 28 de fevereiro, observado o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os modelos padronizados pela Circular referida no enunciado.
- b) Aplicam-se às demonstrações contábeis de 30 de junho e 31 de dezembro os critérios de comparabilidade com os valores relativos ao semestre anterior.

- c) As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral.
- d) Os lucros do exercício não destinados nos termos dos artigos 193 a 197 da Lei das Sociedades por Ações deverão ser distribuídos como dividendos, sendo vedada sua destinação para aumento de capital.

29. De acordo com a Circular SUSEP nº. 356/07 – Anexo I, as notas explicativas relativas a créditos tributários e prejuízos fiscais devem evidenciar as seguintes informações, quando relevantes, exceto:

- a) Descrição pormenorizada dos embasamentos jurídicos para constituição dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias passivas.
- b) O montante dos impostos, correntes e diferidos, registrados no resultado, patrimônio líquido, ativo e passivo.
- c) Efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido decorrentes de ajustes por alteração de alíquotas ou por mudança na expectativa de realização ou liquidação de ativos ou passivos diferidos.
- d) Efeitos decorrentes de eventual alteração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido e respectivos fundamentos.

30. De acordo com a Circular SUSEP nº. 356/07, as operações com Instrumentos Financeiros Derivativos que envolvam ativos garantidores somente serão admitidas, no âmbito dos mercados supervisionados pela SUSEP, quando destinados a hedge.

Nesse sentido, as operações com instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge devem atender, cumulativamente, às seguintes condições, exceto:

- a) Possuir identificação documental do risco objeto de hedge, com informação detalhada sobre a operação, destacados o processo de gerenciamento de risco e a metodologia utilizada na avaliação da efetividade do hedge desde a concepção da operação.
- b) Comprovar a efetividade do hedge, desde a concepção e no decorrer da operação, com indicação de que as variações no valor de mercado do instrumento de hedge compensam, no período, as variações no valor de mercado do item objeto de hedge, num intervalo entre 80% (oitenta por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento).
- c) Não ter como contraparte na operação empresa integrante do grupo empresarial a que pertence.
- d) Impossibilidade de ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e os respectivos itens objeto de hedge, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

31. As sociedades/entidades terão, em seus sistemas de contabilização, registros auxiliares de contabilidade (Circular SUSEP nº. 356/07). Identifique a afirmativa incorreta.

- a) Os registros auxiliares de contabilidade serão totalizados semestralmente.
- b) É facultativo o registro unificado dos movimentos da matriz e de outras dependências.
- c) O arquivo dos registros auxiliares poderia ser mantido em papel, microficha ou outro meio eletrônico ou magnético.
- d) Os arquivos dos registros auxiliares estarão obrigatoriamente disponíveis na sede da sociedade/entidade.

32. A Circular SUSEP nº. 357/07 dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Serão editados normativos a partir do diagnóstico da SUSEP, objetivando a adoção de procedimentos para elaboração e publicação das demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.
- b) Os normativos aplicam-se também às demonstrações consolidadas do exercício de 2009, apresentadas para fins comparativos.
- c) Os auditores independentes deverão emitir opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras consolidadas às normas internacionais de contabilidade.
- d) A SUSEP promoverá o acompanhamento contínuo das normas editadas pela International Federation of Accountants (IFAC), de modo a garantir que a convergência seja mantida.

33. De acordo com a Circular SUSEP nº. 327/06, as sociedades devem adequar suas estruturas de controles internos de modo a identificar práticas de crimes de lavagem de dinheiro. Indique a alternativa correta.

- a) Os estudos deverão abranger todos os produtos comercializados e serão validados semestralmente pela auditoria interna.
- b) Os estudos deverão abranger todos os produtos comercializados e serão validados semestralmente.
- c) A estrutura de controles internos específicos deverá ser desenvolvida e implementada mediante validação dos auditores independentes.
- d) A auditoria interna poderá ser indicada como responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº. 9.613/98 e demais regulamentações relacionadas com a lavagem de dinheiro.

34. De acordo com a Circular SUSEP nº. 327/06, operações suspeitas são aquelas que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº. 9.613/98. Entre as alternativas abaixo, indique a incorreta.

- a) As operações suspeitas estão divididas em três grupos.
- b) O aporte de PGBL ou VGBL pago fora da rede bancária, por terceiros sem vínculo familiar, inclusive pessoa jurídica, em valor superior a R\$ 50.000,00 ainda que parcelado, é uma operação suspeita.
- c) Variações patrimoniais relevantes caracterizam operações suspeitas previstas no grupo I da Circular SUSEP nº. 327/06.
- d) A dificuldade de identificação do cliente é uma operação suspeita prevista no grupo II da Circular SUSEP nº. 327/06.

35. Entre as alternativas abaixo, assinale a que completa corretamente o enunciado a seguir. De acordo com a Circular SUSEP nº. 327/06, as operações suspeitas deverão ser comunicadas a SUSEP, no prazo de:

- a) 48 (quarenta e oito) horas contadas de sua verificação.
- b) 24 (vinte e quatro) horas contadas de sua ocorrência.
- c) 24 (vinte e quatro) horas contadas de sua verificação.
- d) 48 (quarenta e oito) horas contadas de sua ocorrência.

36. De acordo com a Circular SUSEP nº. 327/06, as operações suspeitas devem ser comunicadas à SUSEP, no prazo estabelecido contado a partir de sua verificação. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A proposta ou a ocorrência de operação listada no Grupo I da Circular, após sua análise.
- b) A proposta ou a ocorrência de operação listada no Grupo II da Circular, após sua análise.
- c) A comunicação prevista na Circular deve incluir a informação de que se trata de cliente identificado como politicamente exposto.
- d) As sociedades e os corretores devem adotar medidas de vigilância reforçadas e contínuas da relação de negócio mantida com pessoa politicamente exposta.

37. A Circular SUSEP nº. 341/07 dispõe acerca de procedimentos a serem observados no relacionamento com clientes considerados pessoas politicamente expostas. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os procedimentos a serem observados no relacionamento com clientes considerados pessoas politicamente expostas são aplicados adicionalmente aos procedimentos estabelecidos na Circular nº. 327/06.
- b) São pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.
- c) Os representantes, familiares e outras pessoas de relacionamento próximo das pessoas politicamente expostas enquadram-se na mesma condição destas.
- d) O prazo de dois anos referido na Circular SUSEP nº. 341/07 deve ser contado a partir da data de início da relação de negócio ou da data em que o cliente declarou que se enquadra na condição de pessoa politicamente exposta.

38. A avaliação de risco e dos controles internos das sociedades deverá contemplar, exceto.

- a) Os controles internos desenvolvidos e implementados devem ser estruturados de forma a possibilitar a identificação de pessoas consideradas politicamente expostas.
- b) Os estudos sobre risco deverão abranger todos os produtos comercializados pelas sociedades supervisionadas.
- c) A obrigatoria autorização prévia da SUSEP para o estabelecimento de relação de negócios com a pessoa politicamente exposta.
- d) Os controles internos desenvolvidos e implementados devem identificar a origem dos recursos envolvidos nas transações dos clientes identificados como pessoas politicamente expostas, podendo ser considerada a compatibilidade das operações com o patrimônio constante dos cadastros respectivos.

39. A Circular SUSEP nº. 253/04, que trata do Questionário de Riscos, foi parcialmente alterada pela Circular SUSEP nº. 342/07. Na apreciação dessas circulares, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Questionário de Riscos deverá ser preenchido pelas sociedades seguradoras e revisado pelo auditor independente.
- b) O Questionário de Riscos revisado pelo auditor independente deverá ser mantido da entidade para eventual verificação pela SUSEP.

- c) Quando da revisão do Questionário de Riscos, o auditor independente deverá, no mínimo, realizar os procedimentos de revisão descritos no anexo I da Circular SUSEP nº. 342/07.
- d) Os administradores das sociedades deverão, dentro de suas áreas de atuação, ter ciência das respostas ao Questionário de Riscos.

40. A Resolução CNSP nº. 178/07 dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras. Indique a alternativa incorreta.

- a) Capital mínimo requerido é o montante de capital que uma seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para poder operar e é equivalente à soma do capital base com o capital adicional.
- b) As sociedades seguradoras que solicitarem autorização para operar deverão apresentar capital mínimo igual ou superior ao capital mínimo requerido.
- c) As sociedades seguradoras deverão apresentar, quando do encerramento de seus balancetes mensais, patrimônio líquido ajustado menor ou igual ao capital mínimo requerido.
- d) A integralização do capital mínimo requerido, por sociedade seguradora em início de operação nos termos desta Resolução, será de no mínimo 50% em dinheiro ou títulos públicos federais.

41. Calculado o capital mínimo requerido da sociedade seguradora, apurada insuficiência de patrimônio líquido ajustado, esta deverá:

- a) Apresentar plano corretivo de solvência para correção dos problemas que ocasionaram a insuficiência de patrimônio líquido ajustado, se a insuficiência for de até 30% do capital mínimo requerido.
- b) Se a insuficiência for de 30% a 50% do capital mínimo requerido, apresentar plano corretivo de solvência, acompanhado de nota técnica atuarial e novo plano de negócios para correção dos problemas.
- c) Apurar as insuficiências, quando existentes, anualmente.
- d) Submeter-se ao regime especial de fiscalização da SUSEP, se a insuficiência de patrimônio líquido ajustado for superior a 70% em relação ao capital mínimo requerido.

42. A Resolução CNSP nº. 177/07 dispõe sobre a apuração do passivo não operacional das sociedades supervisionadas. Indique a alternativa incorreta.

- a) Passivo não operacional corresponde ao passivo exigível total (passivo circulante + passivo exigível a longo prazo) diminuído das: i) provisões técnicas cobertas por ativos garantidores; ii) obrigações cuja liquidação esteja garantida pela vinculação de ativos, cuja vinculação seja determinada por lei especial; e iii) reservas e fundos constituídos por determinação de leis especiais.
- b) A sociedade supervisionada deverá informar, mensalmente, o cálculo do passivo operacional em quadro específico contido no Formulário de Informações Periódicas (FIP).
- c) O patrimônio líquido das sociedades supervisionadas não poderá ser inferior ao valor do passivo não operacional.
- d) A sociedade supervisionada deverá apurar semestralmente o total do passivo, acrescido das provisões técnicas e demonstrar o cálculo em quadro específico contido no Formulário de Informações Periódicas (FIP).

43. A sociedade supervisionada que apresentar patrimônio líquido abaixo do valor do passivo não operacional deverá oferecer à SUSEP um plano de recuperação. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- a) O plano de recuperação deverá ser aprovado pelos órgãos competentes da administração da sociedade supervisionada.
- b) O plano de recuperação deverá ser apresentado à SUSEP em até 45 dias a contar da data do recebimento do comunicado desta, obrigatoriamente acompanhado de relatório circunstanciado dos auditores independentes.
- c) O plano de recuperação sujeitar-se-á à análise e manifestação da Diretoria Colegiada da SUSEP, podendo esta solicitar informações adicionais, aprovar ou rejeitar o plano.
- d) Durante a execução do plano de recuperação, de forma a auxiliar o seu acompanhamento, as sociedades supervisionadas ficam obrigadas a enviar relatórios à SUSEP, na periodicidade e com o conteúdo por ela determinados.

44. Instrução CVM nº. 381/03 dispõe sobre a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Nesse sentido, as entidades auditadas deverão divulgar os seguintes itens, exceto:

- a) A data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.

- b) Exposição justificada da declaração do auditor, fornecida à administração da entidade auditada, mencionando as razões, em seu entendimento, de que a prestação de outros serviços não afetou a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.
- c) O valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.
- d) A política ou procedimentos adotados pelos auditores independentes para evitar o conflito de interesses e perda de independência ou objetividade.

45. A Deliberação CVM nº. 488/05 trata da apresentação adequada e atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades. As entidades devem divulgar essas práticas de forma clara nas notas explicativas. Em geral, uma apresentação adequada exige, exceto:

- a) Divulgação de informações materiais confiáveis, comparáveis e compreensíveis.
- b) A seleção e aplicação de práticas contábeis adotadas no Brasil, nos termos da NBC T 19.11 – Mudanças nas Práticas Contábeis, nas Estimativas e Correção de Erros, aprovada pela Resolução CFC nº. 1087/06.
- c) A divulgação de notas explicativas com o objetivo de retificar a aplicação de práticas contábeis inadequadas.
- d) Divulgações adicionais suficientes para permitir que os usuários entendam o impacto de transações ou eventos específicos sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da entidade, considerando sua essência econômica.

46. As informações comparativas devem ser divulgadas em relação ao período anterior, para todos os valores incluídos nas demonstrações contábeis ou notas explicativas. Quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações contábeis é alterada, os valores comparativos devem ser reclassificados, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando os valores comparativos forem reclassificados, a entidade deverá divulgar as seguintes informações, exceto:

- a) A natureza da reclassificação.
- b) A natureza e montante dos ajustes efetuados e o seu reflexo no resultado do exercício.
- c) O montante dos itens ou grupo de itens reclassificados.
- d) A razão da reclassificação.

47. A escrituração da companhia de acordo com a Lei nº. 11.638/07 será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis de efeitos relevantes deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos. As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar demonstrações financeiras em consonância com o disposto na Lei e deverão ser, alternativamente, observadas mediante registro.

Assinale a alternativa correta.

- a) Em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto na Lei, devendo em ambos os casos essas demonstrações serem auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.
- b) As demonstrações financeiras das sociedades por ações, abertas, observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.
- c) As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários deverão estar em consonância com as normas expedidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.
- d) Os lançamentos de ajustes efetuados exclusivamente para fins de harmonização de normas contábeis deverão ser segregados e registrados em contas específicas; e os efeitos tributários decorrentes, controlados no Livro de Apuração do Lucro Real.

48. Assinale a alternativa correta. Consta do modelo de parecer dos auditores independentes, parte da NPA 13 – Normas e Procedimentos de Auditoria – IBRACON, o texto:

- a) Examinamos o balanço patrimonial da Sociedade de Previdência Privada ABC, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e de fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

- b) Examinamos o balanço patrimonial da Sociedade de Previdência Privada ABC, levantado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado e de fluxos financeiros, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- c) Examinamos o balanço patrimonial da Sociedade de Previdência Privada ABC, levantado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- d) Examinamos o balanço patrimonial da Sociedade de Previdência Privada ABC, levantado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade do contador devidamente registrado no conselho de sua jurisdição. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

49. Assinale a alternativa incorreta. De acordo com a Lei nº. 11.638/07, os elementos do ativo são avaliados da seguinte forma.

- a) As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo: pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda e pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.
- b) Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- c) Os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
- d) Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

50. De acordo com o Decreto-Lei nº. 73/66, qual das alternativas abaixo está em conformidade com as competências do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)?

- a) Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados; regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas ao Decreto-Lei nº. 73/66, bem como a aplicação das penalidades previstas e fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras.
- b) Baixar instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro; fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional e aprovar os limites de operações das Sociedades Seguradoras, em conformidade com o critério fixado pelo Instituto de Resseguros do Brasil – IRB.
- c) Regular o cosseguro, o resseguro e a retrocessão, bem como promover o desenvolvimento das operações de seguro, segundo as diretrizes da SUSEP; elaborar e expedir normas reguladoras do cosseguro e aceitar o resseguro obrigatório e facultativo, do País ou do exterior.
- d) Promover a colocação, no exterior, de seguro cuja aceitação não convenha aos interesses do País ou que nele não encontre cobertura e impor penalidade às Sociedades Seguradoras por infrações cometidas na qualidade de cosseguradoras, resseguradas ou retrocessionárias.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. A Circular SUSEP nº. 280/04 estabeleceu procedimentos mínimos a serem observados no relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos. Discorra sucintamente acerca desses procedimentos, comparativamente ao requerido pela Resolução CNSP nº. 118/04.**
- 52. A Lei nº. 11.638/07 altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404/76 e da Lei nº. 6.385/76. Apresente comentários sobre as alterações que em sua opinião são mais relevantes.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>